

ÍNDICE

PARTE I.....	15
TÍTULO I	
Introdução.....	17
CAPÍTULO I	
Litígio e Meios de Resolução de Litígios.....	19
Secção I – Litígio	19
1. Introdução.....	19
2. Litígio	20
Secção II – Meios de Resolução de Litígios.....	25
1. Introdução.....	25
2. Meios Compositivos Autónomos: A Autocomposição.....	27
2.1. A Autocomposição	27
a) A Desistência	29
b) A transacção.....	31
c) O Perdão	32
2.2. A Autotutela.....	33
3. Meios Compositivos Heterónomos: A Heterotutela e a Heterocomposição.	34
3.1. Introdução.....	34
3.2 A Heterocomposição	35
a) Arbitragem.....	36
b) Processo.....	36
c) Mediação.....	38
d) Conciliação	39
CAPÍTULO II	
Tutela Judicial e Tutela Jurisdicional	41

Secção 1 – Tutela Jurídica.....	41
Secção 2 – Tutela Jurisdicional.....	43
CAPÍTULO III	
Teoria Geral do Processo: Conceito e Objecto	47
1. Conceito	47
2. Objecto.....	47
TÍTULO II	
Jurisdição.....	51
CAPÍTULO I	
Introdução e Conceito de Jurisdição	53
1. Introdução.....	53
2. Conceito de Jurisdição.....	54
CAPÍTULO II	
Natureza jurídica da jurisdição	59
CAPÍTULO III	
O Poder Judicial	65
Secção 1 – Introdução	65
Secção 3 – O Modelo anglosaxão do Poder Judicial.....	73
1. No Reino Unido	73
2. Nos Estados Unidos da América	77
Secção 4 – O Poder Judicial na Cultura EuropeiaContinental: O Modelo Continental do Poder Judicial	79
Secção 5 – Kelsen, o coveiro do paradigma clássico do Poder Judicial	85
Secção 6 – O Poder Judicial como Poder Político.....	90
Secção 7 – Referência breve ao modelo organizativo do Poder Judicial	96
1. Composição.....	97
2. Designação dos Membros e do Presidente do Governo do Poder Judicial....	97
3. Legitimação pela designação	99
4. Controlo Político	101
CAPÍTULO IV	
Os Juízes	103
Secção 1 – Introdução	103
Secção 2 – Elementos estruturantes do Estatuto dos Juízes	104
1. Introdução.....	104

2. Profissionalização	105
3. Inamovibilidade	108
4. (Ir)responsabilidade	109

CAPÍTULO V

Colaboradores Especializados do Poder Judicial:

o Ministério Público e os Advogados	113
Secção 1 – O Ministério Público	113
1. Evolução histórica	113
1.1 Visão geral.....	113
1.2. Breve evolução histórica do Ministério Público em Portugal.....	115
2. Conceito e Funções do Ministério Público	117
2.1. Conceito	117
2.2. Funções	120
a) Defesa da Legalidade democrática	121
b) Funções de Investigação e de Ação penal.....	123
c) Função de Representação.....	123
d) Defesa de interesses que a lei determinar	124
2.3. Estatuto do Ministério Público	125
a) Autonomia	125
b) A subordinação hierárquica.....	126
c) A inamovibilidade	128
2.4. Princípios	129
Secção 2 – O Advogado	132
1. Conceito de Advogado.....	132
2. Natureza Jurídica da Advocacia.....	134
3. Direitos e Deveres dos Advogados	135
4. A Ordem dos Advogados	136

CAPÍTULO VI

Conflito de Jurisdição	139
------------------------------	-----

CAPÍTULO VII

Competência e conflito de competências	141
Secção 1 – Competência	141
1. O Conceito de Competência.....	141
2. Tipos de Competência.....	145
2.1. Competência internacional.....	148
2.2. Competência interna.....	149
a) Questões Gerais	149

b) Critérios de Distribuição de Competência Interna	149
b1) <i>Competência em razão da matéria (ratione materiae)</i>	151
b2) <i>Competência em razão do valor</i>	152
b3) <i>Competência em razão da hierarquia ou orgânico-funcional</i>	153
b4) <i>Competência em razão do território (ratione loci)</i>	154

Secção 2 – Conflito de Competências	156
---	-----

TÍTULO III

A Acção	159
---------------	-----

CAPÍTULO I

Introdução.....	161
-----------------	-----

CAPÍTULO II

Natureza Jurídica da Acção	163
Secção 1 – Introdução	163
Secção 2 – A acção como direito substantivo ou material	164
Secção 3 – A Reelaboração do Conceito de Acção:	
as Teses de Windscheid e Muther	166
Secção 4 – A acção como direito (potestativo) à tutela concreta	169
Secção 5 – A acção como tutela abstrata;	170
Secção 6 – A posição adotada	173
1. Natureza jurídica	174
2. Titularidade:	175
3. Condições do exercício da acção	176
Secção 7 – Condições ou Requisitos da acção: interesse e pretensão	177
1. A Pretensão	180
2. O interesse em agir.....	181
3. A Legitimidade	183
Secção 8 – Objecto da acção	185
Secção 9 – Classificação da acção.....	187
1. Classificação com base no objecto imediato.....	187
2. Classificação com base no interesse que visa acautelar.....	188
3. Classificação com base no direito subjectivo material	189

CAPÍTULO III

A Defesa	191
----------------	-----

TÍTULO IV	
O Processo	195
CAPÍTULO I	
Conceito	197
CAPÍTULO II	
Natureza Jurídica do Processo	201
1. Questões Gerais	201
2. Teorias sobre a Natureza Jurídica do Processo	202
2.1. Teorias contratualistas	202
a) Processo como Contrato	202
b) Processo como quase-contrato	204
2.2. Teorias publicistas	205
a) Processo como relação jurídica	205
b) Processo como situação jurídica	207
c) Processo como instituição	210
2.3. Conclusão: a teoria adotada	211
PARTE II	213
TÍTULO I	
Introdução	215
CAPÍTULO I	
Introdução	217
TÍTULO II	
Dos sujeitos processuais	219
CAPÍTULO II	
Das Partes	221
1. O conceito de parte	221
2. Capacidade para a ser parte ou capacidade judiciária	223
3. Interesse em agir ou interesse processual	225
4. Representação: Advogados e Ministério Público	226
5. Legitimidade	227
5.1. Legitimidade Singular e Plural (ou Litisconsorcial)	230
5.1.1. Legitimidade Singular	230
5.1.2. Legitimidade plural	231
6. Modificação subjectiva da instância: Substituição e Sucessão Processual	233

TÍTULO III	
O objecto do processo.....	237
CAPÍTULO I	
Introdução	239
CAPÍTULO II	
As correntes doutriniais sobre o objecto	241
1. Corrente substantivista ou material	241
2. Corrente processualista.....	242
3. Corrente mista processualista-substantivista	244
CAPÍTULO III	
A Pretensão.....	249
CAPÍTULO IV	
O Conflito de interesse	251
TÍTULO IV	
Teoria geral dos actos processuais	253
CAPÍTULO I.....	255
Introdução	255
1. Questões gerais	255
2. Actos não processuais com relevância processual	256
3. Factos com relevância processual	257
4. Classificação dos actos processuais	257
CAPÍTULO II	
Conceito e Natureza Jurídica do Acto Processual.....	259
CAPÍTULO III	
Classificação dos Actos Processuais:	
actos das partes e actos do Tribunal	261
1. Actos das partes	262
1.1 Introdução	262
1.2. Classificação com base no critério subjectivo	265
1.2.1. Actos postulatórios	265
1.2.2. Actos constitutivos	266
2. Actos do Juiz.....	269

2.1. Introdução. Classificação	269
1.1.1. Resoluções	270
2.1.2. Sentenças	273
a) <i>Introdução</i>	273
b) <i>Conceito</i>	273
c) <i>Classificação</i>	274
d) <i>Estrutura da Sentença</i>	276
e) <i>Efeitos da Sentença</i>	277
2.1.3. Actos Materiais ou Reais do Juiz	282
2. Os Actos dos Auxiliares da Justiça	283
CAPÍTULO V	
Forma dos Actos	285
CAPÍTULO V	
Existência, Validade e Eficácia dos Actos Processuais	291
1. Inexistência do Acto	291
2. Existência do acto: sua validade e eficácia.....	292
2.2 Ineficácia dos actos	293
2.3 Invalidade: nulidade e anulabilidade	294
CAPÍTULO VII	
Requisitos Gerais dos Actos Processuais relativos ao Lugar e ao Tempo	297
1. Requisitos relativos ao Lugar	297
2. Requisitos relativos ao Tempo. Os Prazos Processuais	298
2.1. Introdução.....	298
2.2. Conceito e Espécies de Prazo.....	299
2.2.1. Conceito de Prazo	299
2.2.2 Espécies de prazo	299
2.3. Contagem do prazo, Suspensão e Interrupção	301
2.4. Sanção: A Preclusão	302
CAPÍTULO VIII	
Convalidação do acto processual	305
TÍTULO IV	
Teoria da Prova	307

CAPÍTULO ÚNICO

Prova	309
1. Introdução.....	309
2. Conceito.....	310
3. Prova e Verdade.....	312
4 Objecto da Prova	318
5. Ónus da Prova	319
6. Meios de Prova	323
7. Valoração da Prova	328

TÍTULO IV

Recurso	331
---------------	-----

CAPÍTULO I

Recursos: Introdução	333
1. Introdução.....	333

CAPÍTULO II

Visão Breve da Evolução Histórica do Instituto do Recurso	335
---	-----

CAPÍTULO III

Conceito, Elementos Estruturantes e Natureza Jurídica do Recurso	343
3.1. Conceito	343

CAPÍTULO IV

Elementos estruturantes do recurso	347
--	-----

CAPÍTULO V

Natureza Jurídica do Recurso	353
------------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA GERAL.....	355
-------------------------	-----